

O Silêncio da Demanda de Creche em Cuiabá (2020–2025)

Análise Territorial da Ausência de Oferta de Creche na Rede Municipal de Educação de Cuiabá — Diagnóstico, Vozes e Territórios

Ângelo Valentim Lena

Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá – Coordenadoria de Microplanejamento Educacional

email: angelo.lena@sme.cuiaba.mt.gov.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2719-5418>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17626098>

<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/1132106>

Agosto, 2025

Resumo

Buscamos neste trabalho analisar o fenômeno do *silêncio da demanda* por vagas na Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Cuiabá, com foco nas faixas etárias de G0 (Berçário) e G1 (Maternal). A partir de dados do SIGEEC-SME Cuiabá (2025) e dos estudos de microplanejamento realizados pela Coordenadoria de Microplanejamento Educacional (CMPE), discutem-se as dimensões políticas, pedagógicas e territoriais da ausência de oferta institucional em bairros, agrupamentos e zonas da cidade. Fundamentado em autores como Biesta, Caldart, Meirieu, Arroyo, Saviani e Pollak, o texto interpreta a falta de escolas e turmas não como ausência de demanda social, mas como silenciamento institucional das vozes da infância. A pesquisa demonstra que, embora o berçário possua a menor quantidade de turmas, é a etapa com maior índice de ocupação proporcional, revelando uma demanda reprimida e invisibilizada. A CMPE, ao tornar esses vazios visíveis, atua como instância provocadora e propulsora da eficiência territorial da SME.

Palavras-chave: microplanejamento educacional; demanda silenciada; territorialidade; democracia educacional; Cuiabá.

Abstract

This article analyzes the phenomenon known as the *silence of demand* for Early Childhood Education enrollment in the Municipal Education Network of Cuiabá, focusing on G0

(Nursery) and G1 (Preschool 1). Using data from the SIGEEC-SME Cuiabá System (2025) and technical studies conducted by the Municipal Educational Microplanning Office (CMPE), the paper examines the political, pedagogical, and territorial dimensions of the absence of institutional educational offerings. Theoretically grounded in Biesta's concept of *democratic appearance*, Caldart's and Meirieu's reflections on *territorial belonging*, Arroyo's and Saviani's analyses of the *political meaning of school spaces*, and Pollak's notion of the *voices of silence*, it interprets the lack of school units not as a lack of social demand but as an *institutional silencing of public voice*. Quantitative results show that despite limited capacity, G0 (Nursery) exhibits the highest occupancy rate (98.3%), indicating that wherever supply exists, demand emerges immediately. The CMPE's territorial analyses reveal latent and invisible demand, turning educational microplanning into an act of democratic restitution.

Keywords: Educational microplanning; silent demand; territorial equity; childhood education; Cuiabá.

1. Introdução

O microplanejamento educacional constitui-se como instrumento essencial para compreender desigualdades estruturais e territoriais. Em Cuiabá, o chamado *silêncio da demanda* expressa uma contradição: a ausência de manifestação popular por vagas na fase Creche (0–3 anos) não reflete desinteresse, mas impossibilidade de expressão institucional. Onde não há oferta, não há inscrição — e onde não há inscrição, não há dado.

Assim, bairros e regiões inteiras permanecem invisíveis para o sistema de matrícula. Essa invisibilidade produz falsos equilíbrios estatísticos, mascarando a real carência de atendimento. Trata-se, portanto, de um fenômeno político: o direito à educação só é reconhecido quando o sujeito pode aparecer no espaço da escola.

Este estudo parte da constatação de que o chamado *silêncio da demanda* não representa desinteresse das famílias, mas resulta da ausência de oferta institucional que permitiria que essa demanda se manifestasse. Onde não há turmas de G0 e G1, não há possibilidade de matrícula; onde não há matrícula, não há dado; e onde não há dado, o direito permanece invisível. Reconhecer esse processo é o primeiro passo para compreender como a ausência de oferta silencia territórios inteiros e impede que a infância apareça como sujeito de direito no sistema educacional.

2. Metodologia

A pesquisa utiliza como base o arquivo “Evolução das Matrículas em 2025 – SIGEEC-SME Cuiabá”, cruzando dados de matrícula, vagas, turmas e unidades da fase Creche (G0–G3).

As análises foram complementadas pelos relatórios da CMPE e pelas projeções do Plano Creche 50% – Edição 2026.

Foram consideradas quatro dimensões:

1. Cobertura institucional e distribuição territorial da oferta;
2. Taxas de ocupação e participação por faixa etária;
3. Identificação de *bairros silenciados* e *zonas de silêncio*;
4. Correlação entre indicadores de matrícula e metas do PNE/PME.

3. Resultados Quantitativos

A base SIGEEC-2025 revela:

- **G0 (Berçário):** 1.130 matrículas para 1.150 vagas (98,3 %) em 37 unidades;
- **G1 (Maternal):** 2.654 matrículas para 2.757 vagas (96,3 %) em 77 unidades;
- **Fase Creche (G0–G3):** 11.891 matrículas em 395 turmas de 82 unidades (96,4 %).

Embora a taxa de ocupação seja alta, a **localização desigual das vagas** compromete o acesso territorial. Vagas ociosas situam-se em áreas periféricas à demanda ativa, enquanto bairros densos permanecem desassistidos.

Tabela 1 — Resumo Geral de Matrículas e Vagas da fase Creche (2025)

Faixa Etária	Matrículas	Vagas	Turmas	Unidades com Oferta	Percentual de Ocupação
G0 (Berçário)	1.130	1.150	39	37	98,3%
G1 (Maternal)	2.654	2.757	91	77	96,3%
Fase Creche (G0–G3)	11.891	12.332	395	82	96,4%
Participação G0 em relação ao total	—	—	—	—	9,5%

Participação G1 em
relação ao total

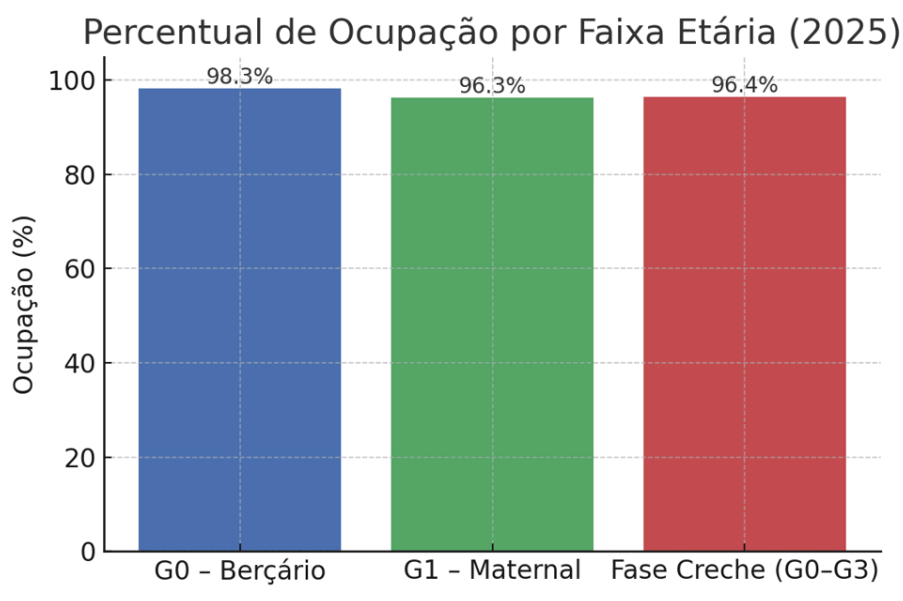
22,3%

SIGEEC: consulta em outubro de 2025

Conforme se observa, embora o G0 (Berçário) apresente o menor número de turmas e vagas, ele exibe a maior taxa de ocupação relativa da RME (98,3 %). Isso comprova que, onde há oferta, há procura imediata, superando as expectativas médias da fase Creche. A escassez de turmas, portanto, não reflete falta de interesse das famílias, mas ausência de oportunidade de matrícula — evidenciando o caráter reprimido da demanda.

Os dados expostos revelam o limite da leitura quantitativa: por trás das estatísticas há histórias sociais silenciadas que o microplanejamento precisa reconstituir.

Gráfico 1 — Percentual de Ocupação por Faixa Etária (2025)



SIGEEC: consulta em outubro de 2025

Os dados demonstram que as etapas iniciais da Educação Infantil — especialmente G0 e G1 — constituem o ponto mais sensível do planejamento territorial. Embora representem apenas 31,8% das matrículas da fase Creche, essas etapas concentram as maiores taxas de preenchimento proporcional, revelando um padrão de pressão silenciosa sobre a rede.

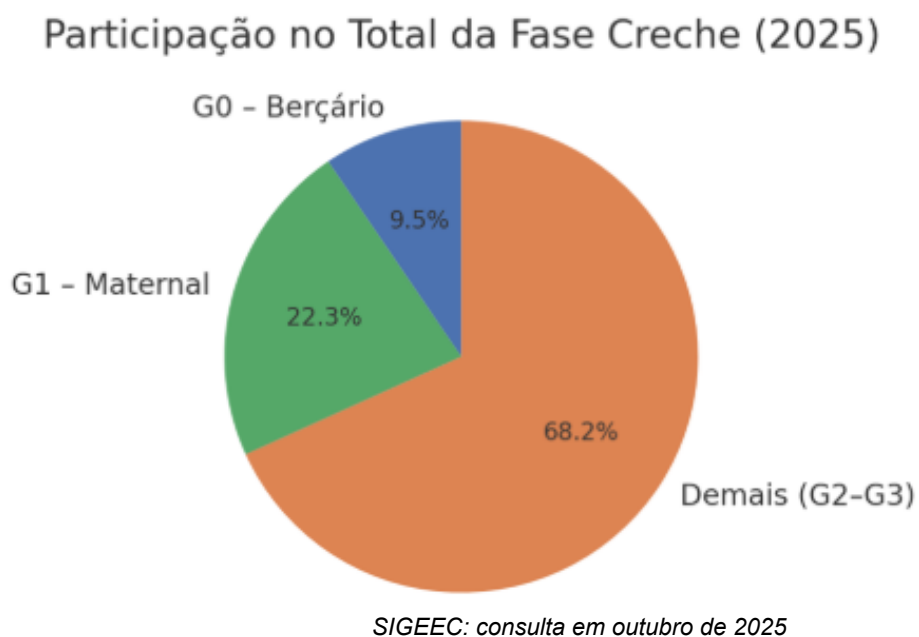
O caso de G0 (Berçário) é particularmente emblemático: mesmo sendo a etapa com menor número absoluto de turmas e vagas, apresenta a maior taxa de ocupação da RME (98,3%), evidenciando que a procura supera de forma estrutural a capacidade instalada. Essa combinação — escassez extrema de oferta e ocupação próxima ao limite — confirma que o

berçário é o segmento onde o fenômeno do silêncio da demanda se expressa com maior intensidade.

Em outras palavras, onde existe G0, ele lota; onde não existe, a demanda permanece invisível. O mesmo padrão, embora em menor grau, também ocorre em G1 (96,3%), consolidando a interpretação de que ambas as etapas iniciais sofrem um processo contínuo de demanda reprimida. Assim, os resultados quantitativos não apenas apontam para desigualdades territoriais, mas revelam o núcleo estrutural do problema: a ausência de oferta é a principal responsável pelo apagamento estatístico das crianças de 0 a 3 anos, e não qualquer suposto desinteresse das famílias.

Em termos de planejamento, isso sugere que o G0 é o segmento mais sensível à indução de oferta, capaz de revelar rapidamente a demanda latente de cada território.

Gráfico 2 — Participação no Total da fase Creche (2025)



Os gráficos evidenciam que as turmas existentes estão quase integralmente preenchidas, mas as etapas iniciais (G0 e G1) representam apenas 31,8% do total de matrículas da fase Creche, revelando o *vazio da entrada* no ciclo da educação infantil.

3.1 Comparativo com as Metas do PNE e PME

A CMPE, por meio do *Plano Creche 50% – Edição 2026*, já mapeou quantitativamente o cumprimento da Meta 1 do PNE e dos objetivos do PME de Cuiabá, demonstrando a diferença entre o número de matrículas efetivas e o necessário para alcançar 50% de atendimento em cada faixa etária da população da cidade neste coorte.

Grupo Etário	Matrículas 2025	Meta PNE (50 %)	Diferença
G0 (Berçário)	1.050	3.475	-2.479 ●
G1 (Maternal)	2.571	3.475	-904 ●
G2 (Jardim I)	3.825	3.475	+350 ●
G3 (Jardim II)	4.295	3.475	+820 ●
Total	11.687	13.900	-2.213 ●

Fonte: SIGEEC-SME Cuiabá/CMPE (2025)

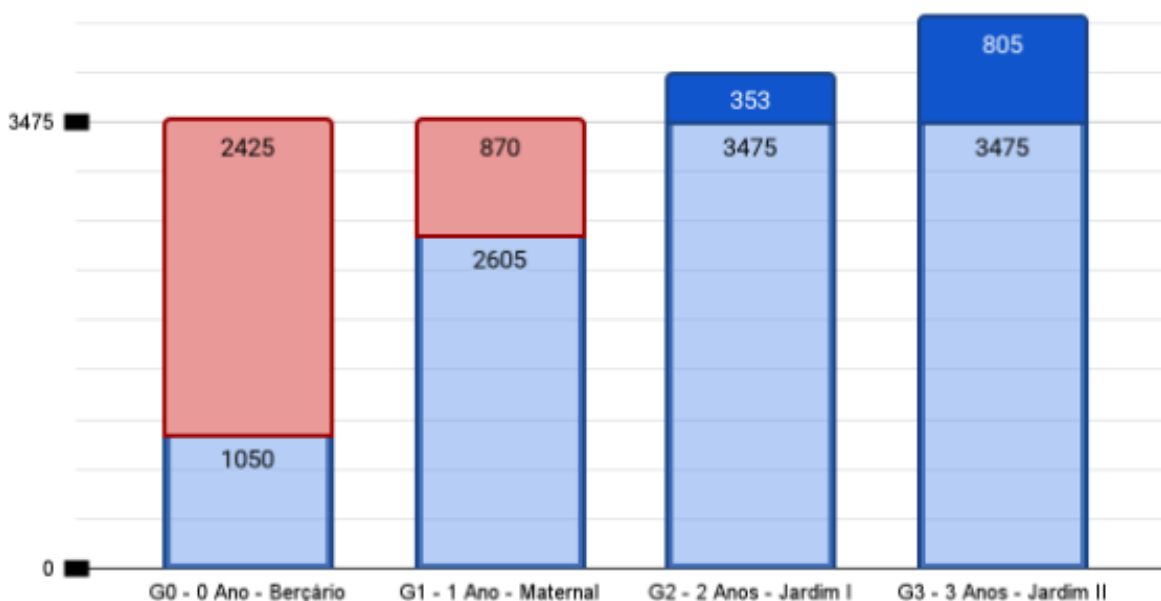
● G2 e G3 superaram a meta de 50 %.

● G0 e G1 ainda estão abaixo, especialmente o G0 (Berçário), cuja cobertura é de apenas 28,6 %.

Esses resultados demonstram que a CMPE já dispõe de um diagnóstico territorial completo, evidenciando os desequilíbrios entre demanda, oferta e distribuição geográfica de vagas, e subsidiando ações de indução e redistribuição da SME.

A ilustração a seguir busca elucidar estes dados a partir de uma linguagem que talvez seja mais simples para entender a problemática apresentada:

Quadro comparativo - Meta PNE (fixada em 3475) x Cobertura atual x Diferença



SIGEEC-SME Cuiabá - Coord. de Microplanejamento Educacional-SME - jun. 2025

Esses resultados numéricos, ao serem interpretados sob o prisma dos fundamentos teóricos apresentados a seguir, permitem compreender o silêncio da demanda não apenas como ausência de dados, mas como expressão territorial de desigualdade social.

Essas evidências quantitativas fundamentam o debate teórico apresentado na seção seguinte, em que o silêncio passa a ser compreendido como fenômeno político, territorial e simbólico.

4. Fundamentação teórica: democracia, território e as vozes do silêncio

Os resultados apresentados reforçam a necessidade de interpretar tais dados sob o marco teórico que permite compreender a ausência de oferta como fenômeno político e territorial.

Se, em Biesta, a ausência de voz na escola representa a erosão da democracia, em Pollak essa ausência constitui memória silenciada — o não-dito que ainda persiste nas margens do dado.

A compreensão do *silêncio da demanda* ultrapassa a análise quantitativa e se insere em um campo de reflexão pedagógica e social. Autores como Biesta, Caldart, Meirieu, Arroyo, Saviani e Pollak permitem interpretar a ausência de oferta escolar como um fenômeno de exclusão simbólica e política, enraizado na territorialidade e na historicidade da escola pública.

A literatura educacional e sociológica oferece instrumentos para compreender o *silêncio da demanda* como fenômeno político e simbólico. Para Biesta, trata-se da impossibilidade de “aparecimento” no espaço público; para Caldart e Meirieu, revela a ruptura do vínculo territorial entre escola e comunidade; e, para Pollak, constitui forma de silenciamento institucional das vozes que não encontram canais legítimos de expressão. Esses referenciais permitem atribuir densidade teórica ao fenômeno identificado empiricamente pela CMPE, evitando interpretações meramente quantitativas.

4.1. A escola como espaço de aparecimento (Biesta)

Para Gert Biesta (2012, 2015), a educação democrática consiste em criar condições para que os sujeitos “apareçam” no mundo — sejam vistos, ouvidos e reconhecidos. A ausência de turmas de G0 e G1 impede o *aparecimento público* de famílias e crianças, privando-as

do direito de participar da vida comum. O sistema, ao não reconhecer essas vozes, **restringe a democracia educativa**.

4.2. Territorialidade e pertencimento (Caldart e Meirieu)

Roseli Caldart (2004, 2012) concebe o território como espaço político e pedagógico, onde a escola expressa o modo de vida e a cultura de seu povo. Philippe Meirieu (2005) complementa essa ideia ao afirmar que a escola deve reconhecer o aluno em sua singularidade e contexto, transformando o espaço físico em espaço de acolhimento simbólico.

A ausência de escolas ou de turmas iniciais em certos bairros é, portanto, **negação de territorialidade**, um rompimento entre a criança e o seu lugar de pertencimento.

4.3. O significado político dos espaços escolares (Arroyo e Saviani)

Miguel Arroyo (2012) aponta que o espaço escolar é reflexo da geografia das desigualdades sociais, e Dermeval Saviani (1983, 2008) interpreta a escola como mediação entre o trabalho e a cultura. Logo, mapear o vazio de oferta é **revelar a contradição estrutural do sistema público**, que tende a reproduzir desigualdades territoriais em vez de superá-las.

4.4. As vozes do silêncio (Pollak)

Michael Pollak (1989, 1992) introduz o conceito das *vozes do silêncio* como metáfora para as memórias submersas de grupos sociais que não encontram canais legítimos de expressão.

No caso do microplanejamento educacional, as famílias que não podem manifestar interesse por vagas inexistentes configuram precisamente essas **vozes silenciadas da infância**, cuja memória social é apagada pelo não reconhecimento institucional. O dado ausente no sistema não é ausência de demanda, mas **efeito de apagamento da fala**.

4.5. Síntese interpretativa

Com base nesses autores:

- Biesta revela a erosão da democracia educativa;
- Caldart e Meirieu elucidam a negação da territorialidade;
- Arroyo e Saviani demonstram o significado político do espaço escolar;
- Pollak denuncia o silenciamento da memória coletiva.

Assim, o microplanejamento emerge como **ato de restituição da fala**, projetando oferta onde o território permanece sem voz.

4.6. Silêncio Demográfico e o Efeito de Ausência de Oferta

A aparente ausência de manifestações das famílias cuiabanas por vagas na fase Creche, especialmente nos grupos G0 (Berçário) e G1 (Maternal), não deve ser interpretada como falta de interesse social. Trata-se de um fenômeno que expressa o **silêncio demográfico induzido pela ausência de oferta**.

Quando um território carece de qualquer unidade que represente o estágio inicial da Educação Infantil, o direito à matrícula torna-se impraticável e portanto, invisível ao sistema de registro.

Esse silêncio não é social, mas **institucional**: a voz das famílias não se manifesta porque não há onde fazê-lo. Assim, a ausência de inscrições, listas de espera ou protocolos de intenção não reflete desinteresse, mas sim a falta de um canal que traduza a demanda em dado administrativo.

No contexto do microplanejamento, esse fenômeno deve ser tratado como **um marcador de vulnerabilidade estrutural**, cuja solução não depende da espontaneidade da demanda, mas da indução planejada da oferta.

4.7. O Caso da Região Oeste de Cuiabá

A Região Oeste de Cuiabá constitui o exemplo mais nítido desse processo. Em sua totalidade, não há oferta de G0 e, em vários bairros, também não há G1. A consequência é direta: não há filas, pedidos de vaga ou manifestações formais porque o próprio sistema impede que essas vozes se convertam em dado. Aqui, o *silêncio da demanda* deixa de ser

hipótese teórica e torna-se evidência empírica — um silêncio geograficamente localizado, produzido pela ausência de infraestrutura escolar.

Nesse cenário, o papel da CMPE é justamente **romper essa mudez geográfica**, reintroduzindo o G0 e o G1 como dispositivos de escuta ativa da população e de reequilíbrio da equidade territorial.

4.8. Unidades que Rompem o Silêncio

Embora a RME possua 37 unidades com oferta de G0, apenas três — CEIC Espaço Livre, CEIC Francisco Santana e CEIC Elzira Cavalcante — foram selecionadas neste estudo por apresentarem padrões territoriais emblemáticos para demonstrar o fenômeno do silêncio da demanda. Essas unidades não representam a totalidade da oferta na cidade, mas funcionam como casos estratégicos para evidenciar como a presença de G0 produz a manifestação imediata da demanda.

Três unidades da RME atuam como **núcleos simbólicos de resistência ao silêncio**:

- **CEIC Espaço Livre**, localizado na região central;
- **CEIC Francisco Santana**, localizado na região central;
- **CEIC Elzira**, situado na zona rural.

Tais unidades oferecem o Grupo G0 e apresentam taxas de ocupação superiores a 95%, evidenciando que, **onde há oferta, há procura imediata**.

Além disso, a análise territorial evidencia que essas unidades encontram-se distribuídas em zonas significativamente distantes entre si, o que reforça a fragmentação espacial da oferta de berçário no município. O CEIC Espaço Livre e o CEIC Francisco Santana, mesmo estando localizados na região central, estão separados por uma distância superior a 4 km, configurando polos isolados de indução da demanda no perímetro urbano consolidado. Mais expressivo ainda é o afastamento médio de aproximadamente 10 km entre esses dois CEIC e o CEIC Elzira Cavalcante, situado na zona rural, o que revela a completa ausência de continuidade territorial da oferta pública para crianças de 0 a 1 ano. Essa dispersão geográfica demonstra que, mesmo onde a RME consegue romper o silêncio da demanda, o faz de forma pontual e desconectada do conjunto urbano, limitando a capacidade de captação da demanda latente em amplas áreas da cidade.

Essas experiências funcionam como **laboratórios empíricos da demanda latente**, provando que a simples existência de uma turma é suficiente para despertar e registrar o interesse social que antes permanecia oculto.

A replicação dessas práticas — especialmente nas regiões Oeste e Norte — é, portanto, essencial para que o município possa aferir a verdadeira dimensão da demanda por berçário e reorganizar a política de expansão da Educação Infantil com base em evidências territoriais.

Esses casos empíricos reforçam a hipótese de que a indução de oferta é condição necessária para que a demanda se torne visível — princípio estruturante da metodologia da CMPE.

5. Implicações para o planejamento e políticas de expansão

Os achados quantitativos e territoriais apresentados neste estudo evidenciam que a distribuição atual da oferta de G0 e G1 em Cuiabá produz zonas de silêncio demográfico, nas quais a demanda não aparece porque não há infraestrutura que permita seu registro. A partir desses resultados, derivam-se diretrizes operacionais para a reorganização territorial da Educação Infantil na RME, orientadas por evidências e sustentadas pela metodologia de microplanejamento.

Para romper esse ciclo, recomenda-se:

- **Criar turmas de G0 e G1** em setores censitários com maior concentração populacional, especialmente onde a taxa de cobertura está abaixo de 30%.
- **Estabelecer polos de indução da demanda** que permitam registrar a procura real, convertendo invisibilidade em dado administrativo.

Essa diretriz não decorre de suposições, mas da evidência de que a presença de oferta produz manifestação imediata da demanda, como demonstrado pelos percentuais de ocupação superiores a 95% nas unidades que oferecem G0.

6. Conclusão

A CMPE se consolida, assim, como o espaço técnico-político onde a gestão pública traduz o território em política de direito, materializando o planejamento como expressão de democracia educacional.

Este estudo dialoga diretamente com a publicação *O Silêncio da Demanda de Creche em Cuiabá (2020–2025)*, depositada na EduCAPES, que consolida a base metodológica e histórica utilizada pela CMPE para revelar os vazios territoriais de atendimento na primeira infância.

A análise conduzida demonstra que o *silêncio da demanda* não é falta de interesse das famílias, mas incapacidade institucional de reconhecer seus direitos. O que a teoria de Biesta chamou de erosão do espaço público, Caldart identificou como ruptura territorial e Pollak caracterizou como voz silenciada encontra, em Cuiabá, expressão concreta na ausência de turmas de G0 e G1 em grandes áreas da cidade.

O microplanejamento educacional, ao revelar esses vazios, converte silêncio em evidência e evidência em política pública. A CMPE, ao identificar zonas de apagamento territorial, reintroduz a infância no espaço da decisão educacional e devolve visibilidade à população historicamente invisibilizada. Assim, o planejamento deixa de ser ato técnico e torna-se ato político de restituição do direito à voz e ao território.

Por fim, reafirma-se que o microplanejamento educacional ultrapassa o campo técnico: ele é uma prática ética e política.

Planejar é ouvir. Ouvir é reconhecer. E reconhecer é o primeiro passo para garantir que nenhuma voz — nem mesmo a mais jovem — permaneça silenciada pelo território.

Referências

- ARROYO, Miguel. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BIESTA, Gert. *The Beautiful Risk of Education*. Boulder: Paradigm Publishers, 2013.
- BIESTA, Gert. *Good Education in an Age of Measurement*. Boulder: Paradigm Publishers, 2012.
- CALDART, Roseli S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CALDART, Roseli S. *Educação do Campo e Território*. Brasília: MDA, 2012.

LENA, Ângelo Valentim. *Metodologia de Estimativa e Projeção da Demanda Escolar na Rede Municipal de Cuiabá*. Cuiabá: SME, 2025, disponível em <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/1000953>. Acesso em: 28 out. 2025.

LENA, Ângelo Valentim. *Plano Creche 50%: Expansão Estratégica do Atendimento ao Berçário na Rede Municipal de Educação de Cuiabá*. Cuiabá: SME, 2025, disponível em <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/1000663>. Acesso em: 28 out. 2025.

LENA, Ângelo Valentim. *Síntese técnica da cobertura da Educação Infantil pela Rede Municipal de Educação de Cuiabá (2020–2025)*. Cuiabá: SME, 2025. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/1000337>. Acesso em: 28 out. 2025.

MEIRIEU, Philippe. *O Cotidiano da Escola e a Construção do Saber*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. *Estudos Históricos*, n. 10, 1989.

POLLAK, Michael. *As vozes do silêncio: memórias e identidades sociais*. São Paulo: Edusp, 1992.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. Campinas: Autores Associados, 1983.

SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008.